

ÉTICA E GLOBALIZAÇÃO: ‘O PANORAMA VISTO (DO OUTRO LADO) DA PONTE’

Paulo Emílio Matos Martins
EBAPE / FGV

Resumo

Com base na idéia de que um relacionamento ético supõe atores livres e conscientes dessa liberdade, este artigo discute o aparente equívoco da afirmação de que, em um mundo globalizado, onde os agentes políticos internacionais manifestariam entre si relações de interdependência nos domínios diplomático, econômico, tecnológico e/ou cultural, esta forma de relacionamento garantiria, per se, sua natureza ética.

A partir da constatação de que a Revolução Científico-Técnica da Microeletrônica favorece a formação de uma gigantesca teia global de relações internacionais é proposto que o Modelo de Redes (Grafos na Topologia) não dá conta de retratar a complexidade da trama de relações políticas do mundo contemporâneo.

Para uma modelagem mais rigorosa do cenário internacional, onde atores públicos e privados estabelecem entre si políticas e negócios, é proposto o modelo, denominado *Grafo-Gravitacional*, o qual incorpora aos vértices (nós) do grafo topológico como que uma certa *gravidade*, capturando, assim, o fenômeno de ‘satelitização’ dos *player*, situados na periferia pelos localizados no centro de poder/informação.

Como conclusão, questiona-se a existência de um clima favorável ao florescimento de relações éticas num mundo marcado pela desigualdade e em acelerado processo de globalização.

As diferentes visões de Moral e Ética

A questão do comportamento ético desponta com o alvorecer da vida em sociedade sendo mesmo um condicionante do próprio viver social.

Ao longo da História o pensamento sobre ética e moral tem-se manifestado segundo diferentes e, algumas vezes, contraditórias correntes.

Para Sánchez Vázquez “ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade.”¹ Em complementação, o mesmo autor destaca que a “moral é um sistema de normas, aceitas livre e conscientemente, que regulam o comportamento individual e social dos homens.”

Sócrates ministrava aos seus discípulos lições sobre ética, colocando em prática o seu método: a Maiêutica – arte do parto (de idéias) – que consistia no desenvolvimento do conhecimento a partir do pensamento de seu interlocutor, procurando fazê-lo cair em contradição na defesa de seus pontos de vista e, assim, levá-lo ao reconhecimento de sua ignorância acerca daquilo que julgava conhecer.

Os filósofos pré-socráticos ocuparam-se do naturalismo, ou seja, o saber a respeito do mundo. Contrários a esta corrente, os sofistas propõem sua preocupação com um saber a respeito do homem, especificamente de um saber político e jurídico, com a pretensão de influir na vida pública.

Sócrates, Platão e Aristóteles, em cadeia de discipulado, desenvolveram, assim, os pilares do método dialético e do pensamento ético na civilização ocidental.

Todavia, as idéias dessa trinca de pensadores se relacionam com a existência de uma pequena comunidade democrática e local (a Cidade-Estado ou *polis* helênica).

Sócrates considera o saber fundamental como sendo o saber a respeito do homem.

Chauí afirma que “as questões socráticas inauguram a ética ou filosofia moral, porque definem o campo no qual os valores e obrigações morais podem ser estabelecidos, ao encontrar seu ponto de partida: a consciência do agente moral.”² Portanto, o sujeito ético moral deve saber o que faz; conhecer as causas e os fins de sua ação, o significado de suas intenções e de suas atitudes e a essência dos valores morais. Em síntese, Sócrates afirma que o homem age retamente quando conhecedor do bem e, conhecendo-o, não pode deixar de praticá-lo.

Platão, propagador do pensamento socrático, registra e traz até nós os fundamentos dos ensinamentos do mestre. A Ética platônica está fortemente ligada a uma concepção

metafísica – dualismo entre o mundo sensível e o mundo das idéias permanentes – e à sua doutrina da alma – princípio que anima ou move o homem e se apresenta tripartite: razão, vontade e apetite. “Pela razão, como faculdade superior e característica do homem, a alma se eleva – mediante a contemplação – ao mundo das idéias. Seu fim último é purificar ou libertar-se da matéria para contemplar o que realmente é e, sobretudo, a idéia do bem.”

Aristóteles, mestre peripatético – que lecionava caminhando com seus alunos pelos jardins do Liceu – fez a distinção entre o saber teórico e o saber prático. Este último só existe como consequência de nossa ação e, portanto, depende de nós; aquele é o conhecimento de seres e fatos que existem e agem independentemente de nós. A ética se situa no campo do saber prático.

Por outro lado, para os estóicos e epicuristas, que apareceriam quando da decadência e da ruína do mundo greco-romano, “a moral não mais se define em relação à *polis*, mas ao universo. O problema moral é colocado sobre o fundo da necessidade física, natural, do mundo. Por isso, tanto no estoicismo quanto no epicurismo, a física é a premissa da ética”, como adverte o professor Sánchez Vázquez³.

Os três aspectos principais que resumem a ética da Antiguidade Clássica são, segundo Chauí: “(1) o racionalismo: A vida virtuosa é agir em conformidade com a razão, que conhece o bem, o deseja e guia nossa vontade até ele; (2) o naturalismo: a vida virtuosa é agir em conformidade com a Natureza (o cosmos) e com nossa natureza (nosso *ethos*), que é a parte do todo natural; (3) a inseparabilidade entre ética e política: isto é, entre a conduta do indivíduo e os valores da sociedade, pois somente na existência compartilhada com outros encontramos liberdade, justiça e felicidade.”⁴

O cristianismo medieval desloca a referência do que o homem é e o que deve fazer, da comunidade humana para a relação com Deus. Assim, a ética cristã regularia o comportamento dos homens com vistas a outro mundo, colocando o seu fim ou valor supremo fora do homem, isto é, em Deus. Como decorrência, a vida moral tem sua plena realização somente quando o homem se eleva a tal ordem sobrenatural, cumprindo os mandamentos supremos procedentes de Deus.

Ainda nas palavras do citado mestre de Estética da Universidade do México: “Propondo a solução de graves problemas do mundo num mais além, o cristianismo introduz uma idéia de uma enorme riqueza moral: a da igualdade dos homens”⁵.

A ética moderna, ao contrário da medieval, tem uma tendência antropocêntrica. Com efeito, nela o homem aparece no centro da política, da ciência, das artes e da moral. Em Kant dois atributos a definem: é formal e autônoma. Do primeiro decorre a necessidade de postular um dever para todos os homens, independentemente da sua situação social e seja qual for o seu conteúdo concreto. O segundo atributo diz respeito à oposição às morais heterônomas nas quais a lei que rege a consciência vem de fora. Portanto, “por conceber o comportamento moral como pertencente a um sujeito autônomo e livre, ativo e criador, Kant é o ponto de partida de uma filosofia e de uma ética na qual o homem se define antes de tudo como ser ativo, produtor ou criador.”⁶. Na formulação de seu ‘imperativo categórico’, Kant resumiria seu pensamento sobre Ética: “Age de maneira que possas querer que o motivo que te levou a agir se torne uma lei universal”.

Contemporaneamente, a ética se apresenta como uma reação contra o formalismo e o racionalismo abstrato kantiano, sobretudo contra a forma absoluta que este adquire em Hegel. Ainda segundo Sánchez Vázquez, de Hegel até os nossos dias o pensamento ético também reage: (1) contra o formalismo e o universalismo abstrato e em favor do homem concreto; (2) contra o racionalismo absoluto e em favor do reconhecimento do irracional no comportamento humano; (3) contra a fundamentação transcendente (metafísica) da ética e em favor da procura da sua origem no próprio homem.⁷

Kierkegaard, opondo-se ao racionalismo absoluto de Hegel, propõe o irracionalismo absoluto e o individualismo radical, ou seja, o indivíduo existe unicamente no seu comportamento plenamente subjetivo. A existência individual comporta três degraus, de acordo com o grau de autenticidade: estético, ético e religioso. No nível ético, o indivíduo deve ter seu comportamento pautado por normas gerais, perdendo em subjetividade, ou seja, em autenticidade, algo que só alcançaria plenamente na religião. Uma outra concepção ética, também contrária à racionalista, contesta à razão, o poder e o direito de intervir sobre o desejo e as paixões, identificando a liberdade com a plena manifestação do desejante e do passional. Tal concepção encontra-se em Nietzsche e em vários outros filósofos contemporâneos.⁸

Em Sartre a ética tem um cunho libertário e individualista. Para ele a liberdade é a única fonte de valor. Na escolha livre, o indivíduo cria o seu valor. “Cada ato ou cada indivíduo vale moralmente não por sua submissão a uma norma ou a um valor estabelecido, mas pelo uso que faz da própria liberdade”.⁹ Porém Sartre ressalva que a liberdade própria só pode ser tomada como fim se também a do outro é assim assumida. Seu pensamento postula

que: “o homem é liberdade. Cada um de nós é absolutamente livre e mostra sua liberdade sendo o que escolheu ser”¹⁰ e está resumido na idéia poético-filosófica que tem de si próprio: “Um homem completo, feito de todos os homens, e que vale por todos, e que é representado por qualquer um.”¹¹

A psicanálise também deu sua contribuição à Ética, mostrando a importância de se considerar a motivação inconsciente do comportamento humano. Freud convida-a a levar em conta tal aspecto, pois “se o ato propriamente moral é aquele no qual o indivíduo age consciente e livremente, os atos praticados por uma motivação inconsciente devem ser excluídos do campo moral”.¹² Alguns discípulos de Freud, como Fromm, por exemplo, ampliaram a sua análise para que levasse em conta outros fatores como as relações do homem com o mundo externo.

Para Marx, o homem é um ser social e histórico. Como ser social produz relações sociais sobre as quais se elevam outras relações. Na qualidade de ser histórico, vive as mudanças que tais relações sofrem devido às contradições internas que uma determinada época suporta.

Algumas decorrências dessa visão de Marx destacam-se para o campo da Ética. Segundo Sánchez Vázquez: (1) a moral cumpre uma função social, a de sancionar as relações e condições de existência de acordo com os interesses da classe dominante; (2) existência de diferentes morais de classe, inclusive dentro de uma mesma sociedade; (3) caráter relativo da moral de cada sociedade que se universaliza na medida da sua integração; (4) surgimento da moral como uma necessidade histórica; (5) necessidade de uma nova moral para regular as relações dos indivíduos com vistas a garantir a unidade e a harmonia entre os membros da nova sociedade socialista.¹³

Assim, no decorrer dos séculos, muitos pensadores, das mais diversas origens e formações, se preocuparam em refletir sobre a Ética, legando-nos conhecimento vasto e rico. Atualmente, o assunto é recorrente nos debates acadêmicos alcançando também o âmbito das empresas.

O interesse pelo tema chegou ao campo dos negócios com o discurso de que “ética dá lucro”. Arruda¹⁴ mostra que os benefícios da elaboração e adoção de códigos de ética pelas empresas se estende às partes interessadas (*stakeholders*), ultrapassando os limites internos da empresa. Assim, lucrariam todos: acionistas, funcionários, clientes, fornecedores, distribuidores, governo, comunidade.

As razões para o aumento do interesse pela questão da ética nos negócios são abundantes. Englobam os altos custos impostos pelos conhecidos escândalos nas empresas: multas pesadas, quebra da rotina normal, baixo moral dos empregados, aumento da rotatividade, dificuldades de recrutamento, fraude interna e perda de confiança pública na reputação da empresa.¹⁵

Como se pode notar, há um caráter eminentemente instrumental nessa abordagem, que nos diz em síntese: sendo ético evita-se prejuízo e pode-se até lucrar. É a razão pragmática em discurso.

A preocupação com a ética também se faz presente nas relações das empresas multinacionais com as comunidades locais onde atuam.¹⁶ A atuação em diferentes culturas é um complicador importante e se constitui em desafio para as corporações estabelecidas em diversos continentes.

Se a complexidade do tema aumenta quando se fala de empresas instaladas em diferentes países, o que dizer da relação entre Estados num mundo globalizado, onde as distâncias se encurtam e as transações de diversas naturezas aumentam de forma vertiginosa? Com efeito, a multiplicidade de trocas se faz sentir nos diversos campos: cultural, religioso, artístico, educacional. Contudo, há alguns que são mais propensos ao surgimento de conflitos, como o econômico e o político.

Quando dois ou mais países/economias se relacionam, e não o fazem de forma simétrica, surge necessidade de se buscar um caminho ético para equilíbrio dessa relação. Mas, para reger este relacionamento, seria factível um relacionamento pautado pela ética entre desiguais?

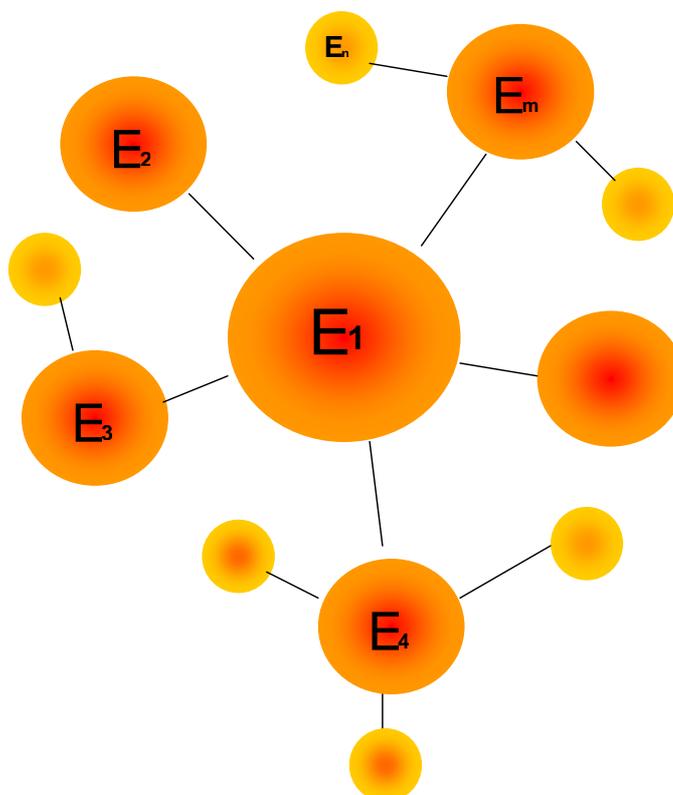
Chauí mostra que, na história das idéias éticas, desde a Antiguidade até os nossos dias, o problema da violência e dos meios para evitá-la ou controlá-la, é tema central.¹⁷

A não simetria entre os parceiros num mundo globalizado pode se tornar extrema. Se a situação no cenário internacional já era preocupante, com a consolidação de uma única potência econômico-militar hegemônica imediatamente após a guerra fria, quanto mais agora com o desenrolar do conflito no Oriente Médio, em cujo processo os organismos multilaterais tiveram seu papel e importância enfraquecidos. A multilateralidade, via de amenização das assimetrias entre os atores no campo internacional, sofre um forte golpe com o fracassado desfecho das negociações no Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a ameaça de invasão do Iraque pelas tropas da coalizão liderada pela Grã Bretanha e os Estados Unidos. A

posição assumida pelo Governo Norte-Americano e a conseqüente ocupação militar daquele país do Oriente, ao arrepio da legislação internacional, nos convidam à reflexão sobre as conseqüências prováveis do aprofundamento dessa assimetria.

A Revolução da Microeletrônica e a Globalização da Economia: Uma Rede Planetária?

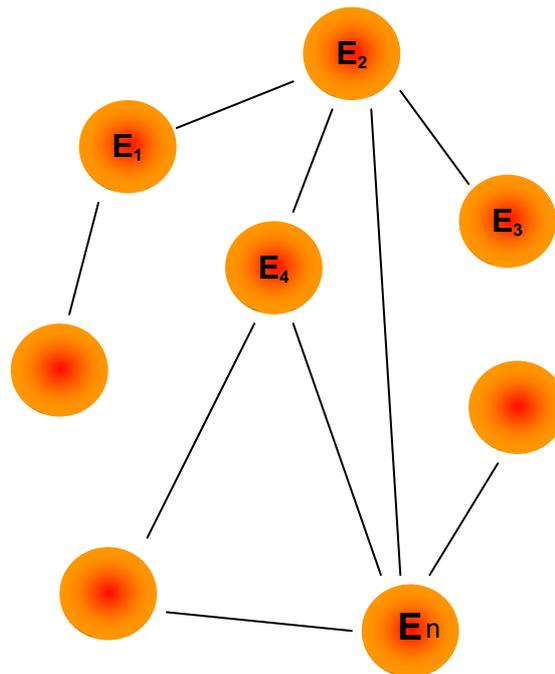
Em recente trabalho Martins, ao propor o seu modelo *Grafo-Gravitacional*¹⁸ desenvolve o seguinte raciocínio: Nos tempos atuais é muito comum a afirmativa de que o planeta com suas economias nacionais em processo de globalização estaria vendo transformarem-se as relações internacionais de dependência do tipo Centro-Periferia (Figura 1), em um novo modelo reticular em que o padrão de relacionamento transformar-se-ia de dependência em interdependência nos fluxos de comércio e capitais, nas relações políticas, diplomáticas e militares e no intercâmbio científico, tecnológico e cultural de seus Estados/Economias nacionais.



E_i = Vértices ou nós do grafo ↔ Estado/Economias Nacionais
 $E_i - E_j$ = Arcos ou raios da rede ↔ Relações Internacionais.

ORGANIZAÇÃO CENTRO-PERIFERIA
FIGURA 1

Nenhuma afirmação seria mais correta do que essa se admitirmos que um mundo globalizado é uma rede de escala planetária, isto é, um conjunto de atores sociais (blocos econômicos, países, corporações multi e transnacionais, empresas, grandes investidores etc.) – os nós ou vértices da representação gráfica dessa rede – que se relacionam entre si, ampla, instantânea e diretamente através de canais – os arcos ou raios dessa mesma representação –, constituindo, assim, o que se denomina de uma estrutura organizacional reticulada (Figura 2).



E_i = Vértices ou nós do grafo \leftrightarrow (Estados/Economias Nacionais)
 $E_i - E_j$ = Arcos ou raios da rede \leftrightarrow (Relações entre Estados/Economias)

ORGANIZAÇÃO EM REDE
 FIGURA 2

Enquanto as organizações do tipo Centro-Periferia (Figura 1), presentes em quase a totalidade dos modelos de organização da História, se caracterizam pela localização do poder no seu centro e, como consequência, pela concentração da informação e do controle nos seus atores/espacos centrais, o modelo organizacional de Rede (Figura 2), não possuindo centro, dispersa a informação sobre o sistema e seu controle por toda a rede, daí resultando uma autêntica organização autogestionária, anárquica – no sentido denotativo do termo –, isto é, onde o poder se espalha por toda a estrutura. Dito de outro modo, numa organização não-

hierárquica a qual Schon¹⁹ denomina de “organização de aprendizagem”, em alusão ao fato de que nela todos os atores aprendem com (na) rede, em oposição ao que ocorre nas organizações do tipo Centro-Periferia que, como vimos, são dotadas de um centro de decisão, controle e informação, onde o(s) ator(es) central(is) como que “ensina(m)” aos periféricos, decidindo e controlando de certo modo a vida destes últimos.

Do exposto resulta que o modelo de relacionamento que se estabelece nas redes seria do tipo de interdependência, contrariamente ao do tipo dependente, característico das organizações hierárquicas, com poder centralizado e níveis de autoridade.

Óbvio é que a dependência da periferia em relação ao centro leva a assimetria nas relações entre os *players* e, conseqüentemente, à não existência das condições de liberdade e consciência dessa condição – requisitos para uma verdadeira relação ética.

Podemos mesmo concluir que, no limite, a dominação dos atores periféricos pelos centrais, conduz à definição dos padrões de comportamento moral pelo centro controlador da estrutura, sem que haja, assim, um clima favorável ao florescimento de um relacionamento verdadeiramente ético.

Novas Formas de Relacionamento?

Em seu clássico *Beyond the Stable State*, Donal Schon²⁰, desenvolve a idéia de que a rede, por meio de um permanente, intenso e generalizado processo de proliferação de centros, resulta finalmente numa comunidade *de aprendizagem* (em oposição ao modelo organizacional *de ensino* da relação hierárquica do tipo Centro-Periferia), cuja principal característica é a ausência de um único lócus de poder/informação. Na Topologia o modelo assim constituído se denomina Grafo e, como vimos, nele as relações são de interdependência – uma vez que não é possível explicar a relação reticular A--B sem que A dependa de B e vice-versa – e toda informação/controle se desloca dos nós ou vértices para os arcos ou raios, criando, assim, uma organização autogerida.

Parece ingênuo, entretanto, supor que os vértices (atores) da gigantesca rede que representaria a constelação de atores políticos do mundo contemporâneo tenham a mesma *massa/gravidade* (utilizando-se uma metáfora inspirada na Mecânica) no jogo de equilíbrio do sistema. Seria talvez o mesmo que imaginar que as decisões dos *policy makers* de Brasília ou dos investidores de Budapeste pudessem influenciar nas políticas de Washington ou no

desempenho dos papéis de *Wall Street* com o mesmo impacto que as desses centros político e financeiro refletem sobre a vida daqueles.

Se, por um lado, como já vimos, as estruturas organizacionais em rede são de natureza anárquicas pela sua própria definição e, assim, deslocam a informação dos vértices para os arcos do grafo, ou de seus centros decisórios para a rede como um todo, por outro, é sempre oportuno lembrar que tal concepção teórica se baseia num modelo ideal (não-político) no qual todos os nós têm a mesma probabilidade de acesso à informação e onde a noção de centro se diluiu completamente na rede através da progressiva multiplicação de suas ligações e troca de informação, transformando seus atores naquilo que a Teoria da Decisão denomina de decisores perfeitamente informados. Daí resultando a conseqüente dispersão dos centros de poder e informação por toda a rede.

Não parece haver qualquer dúvida quanto ao fato de que a Revolução Científico-Técnica da Microeletrônica cria as condições materiais para um maior, mais amplo e instantâneo intercâmbio entre Estados/Economias nacionais, concretizando o que McLuhan²¹ denominou de *Aldeia Global*. Todavia, os diferentes momentos históricos em que se situam esses atores e seus sítios de produção e troca, convidam a que introduzamos ao grafo que representa esse universo como que uma certa *gravidade* de tal modo que os seus nós passem a ter *campos gravitacionais*, exercendo, uns sobre os outros, atração recíproca ou, como anteviu Newton (para a matéria), segundo a relação direta de proporcionalidade de suas massas e inversa do quadrado da distância que separa esses corpos.

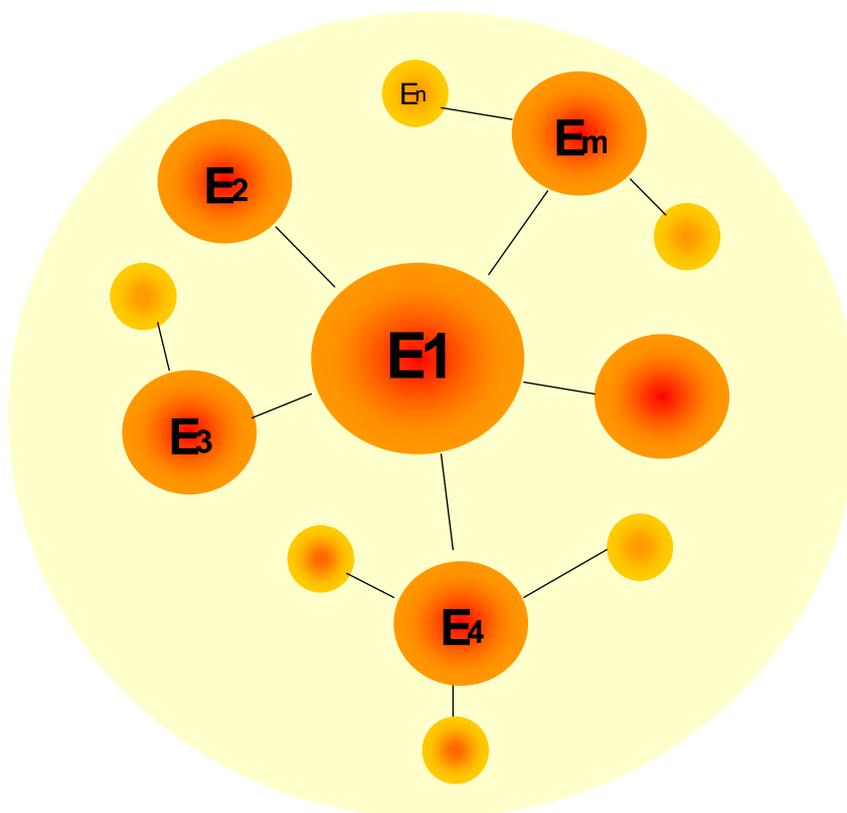
O Modelo Grafo-Gravitacional de Relações Internacionais

Como descrever então esse novo tabuleiro onde se movimentam as peças no jogo das relações internacionais do mundo contemporâneo?

Um modelo de rede que incorporasse aos seus vértices um certo *campo de gravidade*, conforme antes sugerido, o qual chamaremos de *Grafo-Gravitacional*, talvez represente melhor as relações político-econômicas entre os atores num universo em processo de globalização.

De acordo com esse modelo, o grafo representativo das relações internacionais, desenvolvendo-se a partir dos vértices de grande *massa* e, conseqüentemente, de extensos e

intensos *campos gravitacionais*, acaba por fazer com que estes capturem os de *massa* menor (economias e sociedades menos desenvolvidas) satelitizando-os assim. Dito de outra forma, o conceito de dependência ou os seus ancestrais de colonização e imperialismo, seriam substituídos por uma nova ordem de dependência nessa rede de múltiplos vértices, onde a informação trafega com a velocidade da luz; com probabilidade teórica de acesso planetário e onde os grandes centros decisórios, ainda que em processo de perda de massa pela proliferação de centros, conservam (estrategicamente) *campos gravitacionais* de intensidade e extensão suficientes para a satelitização de outros menores, mesclando, desse modo, a configuração parcial de rede com a de relações hierárquicas, características do modelo centro-periférico. A Figura 3, a seguir, ilustra este novo modelo de representação de uma sociedade mundial em processo de globalização.



E_i = vértice da rede ↔ Estado/Economia Nacional
 $E_i - E_j$ = Arcos ou raios da rede ↔ Relações Internacionais

↔ Campo de Influência de E_i

O MODELO GRAFO-GRAVITACIONAL
 FIGURA 3

Talvez seja mais correto dizer que entre o modelo Centro-Periferia das organizações hierarquizadas e o modelo ideal da Rede anárquica de relações interdependentes, existe o que Martins denomina de *Grafo-Gravitacional*, no qual os processos de proliferação controlada de centros e satelitização de vértices (globalização econômica) resultam, fatalmente, em uma nova dependência.

A metáfora cósmica assim definida parece melhor representar o universo extremamente complexo das relações entre atores políticos e econômicos em diferentes estágios de desenvolvimento no ingresso na Era da Informação. Com base nessa reflexão parece ser inadequada a suposição de que as nações hodiernas se comunicam de modo interdependente, na rede planetária que a nova onda tecnológica favorece, e que este modelo de relações favoreça o desenvolvimento de relacionamentos éticos.

Por outro lado, parece anacrônico supor que a forma de relações de dependência do modelo hierarquizado do tipo Centro-Periferia (tipo colonialismo e/ou imperialismo), possa explicar satisfatoriamente o intrincado relacionamento entre os atores políticos do mundo deste novo milênio.

O poder sagrado é definido como sendo onisciente, onipresente e onipotente. As redes mundiais de alcance planetário, com suas infovias de tráfego na velocidade da luz, enfim, instituem entre os mortais estas características dos deuses.

A questão que se coloca para os atores *satelitizados* desse mundo em acelerado processo de globalização é: como se relacionar ente si homens e deuses, sem a necessária adoração dos primeiros pelos segundos?

Quem sabe, uma releitura das peripécias de Zeus e de suas divindades olímpicas com os mortais nos possa nos ajudar?

‘O Panorama Visto (do Outro lado) da Ponte’

Aprofundando um pouco mais na questão da liberdade como pré-requisito para um relacionamento ético, quando se pretende discutir as relações entre países num mundo em processo de globalização, voltemos ao pensamento kantiano, especificamente ao seu imperativo categórico. Este pode ser expresso numa fórmula geral: age em conformidade apenas com a máxima que possas querer que se torne uma lei universal.²² De tal fórmula,

Kant deduz as três máximas morais, quais sejam, “(1) age como se a máxima de tua ação devesse ser erigida por tua vontade em lei universal da natureza; (2) age de tal maneira que trates a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de outrem, sempre como um fim e nunca como um meio; (3) age como se a máxima de tua ação devesse servir de lei universal para todos os seres racionais.”²³ A universalidade da conduta ética é evidenciada na primeira máxima. Na segunda tem-se a dignidade dos seres humanos, que devem ser tratados como fim da ação e nunca como meio ou instrumento. Por último, a terceira máxima postula “que a vontade que age por dever institui um reino humano de seres morais porque racionais e, portanto, dotados de uma vontade legisladora livre ou autônoma.”²⁴

Estendendo tal construção à esfera das relações estabelecidas entre atores globais, surge a pergunta: como a vontade legisladora livre se manifesta em relações tão desiguais? Ou ainda: haveria a possibilidade de expressão autônoma de uma vontade quando se trata de atores tão frágeis na sua estrutura econômico-política?

Em que pese a atuação de organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas – ONU , a Organização Mundial do Comércio – OMC e tantos outros, o que se vê é a prevalência da vontade dos atores de maior poderio econômico-político, que se fazem representar fortemente em tais órgãos internacionais. O caso recente de um representante do Brasil na ONU – o diplomata Bustamani, que desempenhava importante papel na condução do processo de negociação do desarmamento do Iraque por meio da sua inclusão nas discussões sobre a posse/utilização de armas químicas –, afastado da Organização de Prevenção às Armas Químicas – OPAQUE, por pressões do governo norte-americanas, é ilustrativo dessa assimetria que se torna cada vez mais evidente e ameaçadora.

É nesse contexto que se afirma aqui a não existência de clima favorável ao estabelecimento de relações pautadas na ética entre os *players* globais. Urge, portanto, pensarmos em mecanismos que possam encaminhar ao maior equilíbrio entre os atores. A formação de blocos econômicos entre países de menor influência parece ser uma boa solução para se amainar a força devastadora dos que conduzem os negócios e as relações no cenário internacional visando única e exclusivamente aos seus interesses próprios.

Resta, pois, a impressão de que é imperioso para que se possam estabelecer relacionamentos éticos nesse universo em acelerado processo de globalização e acirramento das desigualdades, que seus atores periféricos, livres e conscientes da assimetria entre os *players* no jogo das novas relações internacionais e de sua condição de satelitizáveis pelos

centros hegemônicos, desloquem o ponto de vista do advogado Alfieri contemplando a velha Ponte do Brooklyn (do drama de Miller²⁵), para o outro lado do rio, na geografia política desse desafiador novo milênio.

Notas / Bibliografia

- ¹ SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. *Ética*. 12^a. ed. Rio de Janeiro, Editora, 1990, p.12.
- ² CHAUI, Marilena de Souza. *Convite à Filosofia*. 12^a. ed. São Paulo, Ática, 2001, p. 341.
- ³ Idem. P. 342.
- ⁴ CHAUI. Op. cit. p.242.
- ⁵ SÁNCHEZ VÁZQUEZ. Op. cit. P 244.
- ⁶ Idem. p. 250.
- ⁷ Ver: SÁNCHEZ VÁZQUEZ. Op. cit.
- ⁸ Ver: CHAUI. Op. cit.
- ⁹ SÁNCHEZ VÁZQUEZ. Op. cit., p. 254.
- ¹⁰ Idem. P. 254.
- ¹¹ SARTRE, Jean-Paul. *Le Mots*, Paris, Gallinard,1964, p. 213.
- ¹² SÁNCHEZ VÁZQUEZ. Op. cit., p. 256.
- ¹³ Ver: SÁNCHEZ VÁZQUEZ. Op. cit.
- ¹⁴ ARRUDA, Maria Cecília Coutinho de. *Código de Ética: Um Instrumento que Adiciona Valor*. São Paulo: Negócio Editora, 2002.
- ¹⁵ NASH, Laura L. *Ética nas Empresas: Boas Intenções à Parte*. São Paulo: Makron Books, 1993.
- ¹⁶ TOFFLER, Bárbara Ley. *Ética no Trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1993.
- ¹⁷ Ver: CHAUI. Op. cit.
- ¹⁸ MARTINS, Paulo Emilio Matos. *Globalização Econômica: Uma Nova Dependência?* In: Jornal do Comercio, Rio de Janeiro, 16 de maio de 1998, p. B-4.
- ¹⁹ SCHON, Donald. *Beyond the Stable State: Public and Private Learning in a Changing Society*, Victoria, Penguin Books, 1973.
- ²⁰ Idem (1973).
- ²¹ McLUHAN, M. *Understanding Media*. New York, 1964.
- ²² Ver CHAUI. Op. cit.
- ²³ CHAUI. Op. cit, p. 346.
- ²⁴ Idem. p. 346.
- ²⁵ A metáfora refere-se à peça teatral do dramaturgo norte-americano Arthur Miller (1915-), *A View From The Bridge* (1955) e inspira o título deste ensaio.